

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS PRESENTE NOS CADERNOS ESCOLARES

Jusciléia Florêncio dos Santos - Mestranda PPGECH/UFAM¹

Maria Isabel Alonso Alves – Docente PPGECH/UFAM²

RESUMO

Esse artigo é um recorte de uma pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH da Universidade Federal do Amazonas, unidade acadêmica de Humaitá/AM (UFAM/IEAA), pesquisa na qual o objetivo central é analisar as questões étnico-raciais presentes nos cadernos alunos inseridos nos anos iniciais do ensino fundamental. Neste recorte, de forma específica, levantamos algumas produções científicas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) que tiveram como foco de investigação, a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 nos conteúdos escolares dos anos iniciais do ensino fundamental e pesquisas que tiveram cadernos escolares como material empírico em suas análises e que continham a temática aqui posta como foco. As lentes teóricas utilizadas nesta abordagem estão amparadas nas perspectivas de prefixo “Pós”, ou seja, Pós-Crítico, Pós-Moderno, Pós-Colonial, Estudos Culturais (EC), Estudos sobre Raça, e outros estudos que se articulam às perspectivas “pós”, como o Grupo Modernidade/Colonialidade. Os resultados apontam que, com base nos trabalhos identificados, há muitas lacunas deixadas quando se trata da aplicabilidade da Lei 11.645/2008 nos conteúdos escolares registrados nos cadernos dos alunos.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento. Cadernos Escolares. Relações Étnico-Raciais. Lei 11.645/08.

INTRODUÇÃO

O texto em tela é resultado de uma revisão bibliográfica desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades, na Universidade Federal do Amazonas, unidade de Humaitá (PPGECH/UFAM), que teve como finalidade, mapear as produções científicas que tratam das relações étnico-raciais presentes nos conteúdos escolares dos anos iniciais, especificamente os conteúdos presentes nos cadernos dos alunos, a partir da aplicabilidade da Lei 11.645/2008. Trata-se, portanto, de um Estado do Conhecimento.

O amparo metodológico está na abordagem qualitativa e nas técnicas de pesquisa documental bibliográfica. Autoras como Ludke e André (2013) definem este tipo de pesquisa como consulta de fontes que podem ser sítios, repositórios, bibliotecas, entre outras fontes, no sentido de levantar pesquisas relacionadas ao tema investigado. Concordamos que “Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde

podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 45). No Caso deste levantamento, optou-se pela consulta de teses e dissertações disponibilizadas na Biblioteca Digital de Tese e Dissertações – BDTD, utilizando vários descritores os quais estarão discriminados no quadro abaixo. O tempo cronológico definido como recorte temporal a ser pesquisado compreende a criação da Lei 11.645/2008, ou seja, entre 2008 e 2020.

Em termos teóricos, para as análises dos materiais encontrados, nos apoiamos naqueles campos que se articulam ao prefixo pós – Pós-Estruturalista; Pós-Moderno; Estudos de Gênero; Estudos Culturais, Estudos Pós-Coloniais, e outros que se aproximam do mesmo viés epistemológico (MEYER; PARAISO, 2012) e que possibilitam “perceber as diversas formas as quais os sujeitos se enredam, produzem e transitam em diversas formas de representação e identidade” (CHAUMA; ALVES, 2020, p. 130). Os campos teóricos mencionados embasam a ideia de que os conteúdos escolares presentes nos cadernos dos alunos estão carregados de significados, sendo estes aspectos formativos capazes de produzir e/ou ressignificar identidades subjetivas no decorrer da trajetória escolar, ou seja, a escola, por meio dos conteúdos abordados e das reflexões que se faz destes, é capaz de intensificar estereótipos já presentes socialmente ou produzir significados outros que permitam o reconhecimento das diferenças, sejam estas de raça, gênero, sociais, e/ou outras. Neste sentido, os discursos presentes nos conteúdos escolares contribuem para a;

[...] produção não daquilo que nós somos, mas daquilo que nós nos tornamos [...] precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso [...]. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença [...]" (HALL, 2013, p. 109).

Partindo do entendimento que as identidades são produzidas nos discursos, inclusive aqueles presentes nos currículos escolares (SILVA, 1999), elas (as identidades) não podem ser vistas como algo duro, engessado, concluído, “mas uma produção inacabada, que pode ser (re)negociada sempre dentro e não fora das representações discursivas, como afirma Chauma e Alves (2020, p. 130) apoiados em Bauman (2005) e Hall (2013), quando discorrem sobre o conceito de identidade como algo que foge à fixidez e que não pode ser vista de forma inteiriça, fixa, mas sim como algo que se produz, que se ressignifica mediante discursos produzidos nos diversos contextos socioculturais, dentre os quais a escola está presente. Neste modo de pensar, cabe-nos refletir sobre os

conteúdos escolares que abordam as questões étnico-raciais, se tais questões aparecem nos cadernos escolares e de que forma tais conteúdos são pensados/refletidos mediante as práticas de ensino em Humaitá/AM.

Na busca pelo Estado do Conhecimento, consideramos as pesquisas que trazem como a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 como objeto de investigação. Para tanto, foram buscados textos divulgados em Programas de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) no Brasil, indexadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) a partir de 2008, recorte temporal desta pesquisa, produções científicas/acadêmicas que tiveram como objeto de produção de dados e/ou análise, as relações étnico-raciais presente nos conteúdos escolares do iniciais do ensino básico, especialmente, produções que tiveram como fonte empírica, os cadernos dos alunos e professores, que se articulam com a temática em tela.

Para discorrer sobre o estado do conhecimento, utilizamos como apoio as discussões trazidas por Romanowski e Ens (2006), autoras que mostram procedimentos e definições acerca de mapeamentos do tipo Estado da Arte. As autoras defendem que o estado da Arte é configurado como um levantamento sobre produções científicas/acadêmicas que “desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 38) sobre a temática investigada,” a fim de que “se faça um balanço sobre as produções existentes a respeito do tema pesquisado e aponte caminhos novos para a produção de pesquisas em educação, com viés, inclusive, na área do ensino” (CHAUMA; ALVES, 2020, p. 130).

Nesta forma de ver, o Estado da Arte possibilita ao pesquisador, uma abrangência do conhecimento produzido e disponibilizado sobre a temática investigada, podendo este ser desenvolvidos a partir dos variados de divulgação, seja por meio de material impresso, digital e outros. O Estado da arte pode contribuir “com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 38). As afirmativas postas mostram a importância e a necessidade de realizar um levantamento prévio sobre os resultados das pesquisas já desenvolvidas sobre o assunto que se pretende investigar, de modo que o pesquisador mostre os achados e analise seus resultados, assim, poderá ampliar ou criar novas perguntas sobre o assunto investigado, possibilitando novos resultados, como um movimento da pesquisa. Sobre o movimento na pesquisa, Meyer e

Paraíso (2012, p. 17) ao discorrerem sobre metodologias de pesquisas pós-críticas em educação, afirmam que é preciso “construir imagens de pensamento potentes para interrogar e descrever-analisar no objeto”, principalmente quando levamos em consideração que é preciso fazer novas perguntas para ‘velhos’ problemas, como aponta (COSTA, 2007) considerando que o maior desafio dos pesquisadores é articular velhos temas em novos problemas. Concordamos que

Pesquisar não é uma atividade que corresponde a um desejo de produzir saber, conhecimentos, e quem conhece, governa. Conhecer não é descobrir algo que existe de uma determinada forma em determinado lugar real. Conhecer é descrever, nomear, relatar, desde uma posição que é temporal, espacial e hierárquica (COSTA, 2007, p. 104).

O Estado do conhecimento, neste sentido, busca ressignificar conceitos já estabelecidos, bem como apontar para novos rumos na pesquisa com os cadernos escolares sobre as questões étnico-raciais em seus conteúdos procurando identificar e analisar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, bem como apontar possíveis estereótipos e discursos produtores de identidades presentes nos cadernos. Também é intenção mostrar possíveis restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigativas que apontem problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

Assim, notamos que os objetivos postos nos estudos denominados “Estado da Arte” vão no sentido de “compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área do conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39). Ressaltamos, porém, que nesta análise, trazemos apenas o que é considerado como “estado do conhecimento” por ser uma pesquisa que não abrange todos os estudos relacionados ao tema em sua totalidade, mas realizado em um recorte temporal específico (a partir de 2008).

O mapeamento, aqui considerado estado do conhecimento, foi iniciado no mês de março de 2021, em função da pesquisa de mestrado acadêmico em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH/UFAM, um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Para tanto, foram utilizados os critérios antes mencionados em torno do tema: Buscar produções científicas/acadêmicas que tiveram como objeto de

produção de dados e/ou análise, as relações étnico-raciais presente nos conteúdos escolares dos anos iniciais do ensino fundamental a partir de 2008.

O processo de busca por pesquisas que abordam a temática mencionada se deu basicamente na seleção de dissertações produzidas no Brasil. Na busca de descritores que atendessem nossa busca por dissertações de mestrado e tese de doutorado que trouxessem como foco a aplicabilidade da Lei 11.645/2008. Assim, o processo de busca considerou apenas os resultados que apareceram no banco do BDTD tendo como base nos descritores mencionados e recorte temporal definido. Utilizando tal recurso metodológico foi possível sistematizar os dados bibliográficos de modo a mostrar as produções realizadas e refletir sobre a aplicabilidade da Lei 11645/2008 e as relações da educação étnico-raciais presentes nos cadernos escolares. Sobre esse levantamento de dados, Morosini e Fernandes (2014, p. 108) afirmam que, “a principal característica é a natureza de uma contribuição original marcada pela identificação no novo”, nesse pressuposto, entendemos ser importante as reflexões aqui postas para assim, ampliarmos nossa visão e melhorar nosso entendimento, definir percurso, e instrumentos teórico-metodológicos, que ajudarão pensar e desenvolver esta pesquisa, conforme o objetivo de investigação;

Nesta reflexão, faz-se necessário considerar que a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global (MOROSINI; FERNADES, 2014, p. 156).

Importante ressaltar que pesquisas cujo foco são as questões étnico-raciais possuem tem ganhado destaque, já que mundialmente, as mídias de comunicação têm divulgado situações de racismo nas mais variadas situações, inclusive no Brasil, país que vivencia os resquícios da colonização eurocêntrica e nega, em muitos casos, a existência do racismo e do preconceito étnico-racial, necessitando de Leis que obriguem a inserção de conteúdos escolares que deem visibilidade ao negro e negra brasileiros, bem como suas culturas e identidades. Os discursos escolares contribuem na produção identitária dos sujeitos, podendo estes reafirmarem estereótipos e racismos, ou encorajar a manifestação do respeito às diferenças. Nos apoiamos em Bhabha (2013) para pontuar o discurso como algo inerente ao processo formativo do sujeito, sendo entendido local de cultura.

Cabe ressaltar, que é importante que o pesquisador busque conhecer sobre o que já foi publicado sobre o tema/foco escolhido para ampliar o conhecimento sobre o campo que pretende investigar, isso devido às constantes atualizações dos dados no Banco de

Dados (BDTD). Conforme Romanowski e Ens (2006, p. 39), “a análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia”.

Assim, na busca por trabalhos que contribuísse na construção deste artigo, foi realizada no site da Capes, no qual são depositadas Teses e dissertações, resultados de pesquisas acadêmicas, de várias universidades do Brasil. Os resultados estão organizados no quadro a seguir.

Quadro I: Pesquisas disponíveis na BDTD que abordam as relações étnico-raciais a partir da Lei 11.645/2008

DESCRITORES INSERIDOS	PESQUISAS ENCONTRADAS	PESQUISAS DESCARTADAS	PESQUISAS SELECIONADAS
QUESTÕES ÉTNICOS RACIAIS INVESTIGAÇÕES EM CADERNO	Quatro	Três	Uma
QUESTÕES ÉTNICO RACIAL	Duzentos e setenta e nove	Duzentos e setenta e cinco	Quatro
LEI 11.645/08	Cinquenta e cinco	Cinquenta e quatro	Uma
APLICABILIDADE DA LEI 11.645/08	Onze	Onze	Nenhuma
APLICABILIDADE DA LEI 11.645/08 NOS ANOS INICIAIS	Dois	Dois	Nenhuma
INVESTIGAÇÃO EM CADERNO DE ALUNO	Duzentos e trinta e cinco	Duzentos e trinta e cinco	Nenhuma
INVESTIGAÇÃO EM CADERNO NOS ANOS INICIAIS	Sessenta e dois	Sessenta e dois	nenhuma
RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL	Duzentos e cinco	Duzentos e três	Duas
ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA	Quatrocentos e doze	Quatrocentos e dez	Duas

Fonte: Informações extraídas da CAPES/BDTD, organizadas pelas autoras.

De acordo com os descritores pesquisados foram selecionados alguns títulos que a priori se destacaram por se tratar de investigações sobre questões étnico-racial e aplicabilidade da 11.645/2008. Assim, a escolha se deu mediante leitura prévia do resumo dos trabalhos, bem como de seus resultados. Pesquisas que se aproximavam pela temática ou pela abordagem metodológica estavam no foco do recorte temático, bem como o recorte temporal, ou seja, trabalhos de pesquisa concluídos a partir de 2008, ano de criação da Lei 11.645.

Apesar do recorte temporal já especificado, cabe ressaltar a Lei 10.639/2003, assinada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 20 de dezembro de 1996 com o artigo 26-A incluindo no currículo oficial da rede pública e privada de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", "História e Cultura Indígena" sendo posteriormente reforçada com a alteração da Lei 11645/2008, possibilitando novas perspectivas no Ensino Público e proporcionando aos alunos do ensino básico uma formação que promova o conhecimento e a importância da participação dos negros e indígenas na história do Brasil.

As pesquisas compõem o quadro de dissertações produzidas entre 2008 e 2020, as quais discutiram, de modo geral, sobre as relações da educação étnico-racial no contexto educacional brasileiro, com foco nos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, de acordo com o que diz a obrigatoriedade das Leis 10639//2003 e a Lei 11.645/2008.

A pesquisa de Martins (2010) intitulada "A Lei 10.639/2003 o Cotidiano Escolar e as Relações Étnico-Raciais: Um Estudo de Caso", discutiu conceitos de preconceito, discriminação, estigma, identidade, abordou sobre o movimento e estudos sobre negros, trouxe o contexto sobre o afro-brasileiro, e situações de estigmatização na escola, analisou as legislações que regulamentam a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira a partir de quatro etapas, com o objetivo de investigar o impacto que a promulgação da lei 10.639/2003 tinha no cotidiano escolar tentando perceber as relações de poder que se estabelecem na escola. Pautou-se na abordagem qualitativa, análise documental, questionários, entrevistas, análise de documentos oficiais, e grupos focais, para análises e produções dos dados.

A pesquisa de Martins mostra que, enquanto os alunos pesquisados apontaram a lei 10.639 como uma direção para que discussões sobre as questões étnico-raciais na escola, os professores apontavam que não percebiam problemas relacionados às questões étnico-raciais na escola. Esta pesquisa possibilita entender que há necessidade de se pensar a escola num contexto formativo onde o respeito às diferenças pode ser ampliado e difundido entre a comunidade escolar, e que naquele período da pesquisa, os docentes careciam de formação para trabalhar tais questões no espaço escolar. Também, com base na pesquisa mencionada, percebemos uma negação das diferenças, onde o outro, o negro no caso, acabou sendo invisibilizado no contexto da escola. A falta de formação de docente sobre assunto pode levar a discursos estereotipados sobre a presença do negro/a

nas ações didáticas docentes. Os conteúdos postos nos currículos escolares muitas vezes não são discutidos ou tensionados nas ações didáticas docentes.

Os conhecimentos sobre as questões étnico-raciais acabam chegando aos alunos de forma fragmentada. Assim, a pesquisa de Martins, apesar de estar pautada na Lei 10.639, ajuda a pensar os conteúdos das relações da educação étnico-raciais nas disciplinas de História, Geografia, Literatura e Educação Física nos anos iniciais, se foram/estão sendo abordados conteúdos sobre questões étnico-raciais a partir dos cadernos dos alunos, se foi/está sendo garantida a aplicabilidade a lei e se esta aparece nos conteúdos em todas as disciplinas do currículo.

A pesquisa de Ponciano (2011) intitulada “História e Cultura Afro-Brasileiras no Currículo de História do 6º aos 9º anos da Rede Oficial do Estado de São Paulo” partiu de quatro etapas, discutiu sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira na disciplina de história, apresentou as lutas dos movimentos negros para inserir a história da África nos curriculares escolares, trouxe conceitos de diversidade cultural, e preconceito racial, falou da criação da lei 10.639/2003, analisou o livro didático de história, e o currículo do estado de São Paulo. Pautou-se na abordagem qualitativa e análise documental, com o objetivo de analisar como eram desenvolvidos, e apresentados os conteúdos curriculares do sexto a nona série/ano, sobre a história e cultura afro-brasileira na disciplina de história nos cadernos de professores e alunos elaborados pelo estado São Paulo, de acordo com a obrigatoriedade da lei Nº 11.645/2008.

A pesquisa de Ponciano (2011) mostra que o currículo discutido até aquele ano não deu conta do contexto histórico dos negros brasileiros, analisando que tal currículo não construiu e nem apresentou de maneira consistente a importância da história e cultura afro-brasileira, exceto quando se tratava da escravidão. Na visão de Ponciano (2011) o currículo valoriza a versão eurocentrada, desprezando os conhecimentos outros no currículo do estado de São Paulo, contribuindo na continuidade do desconhecimento dos alunos sobre a história dos negros/as no Brasil do ponto de vista do colonizado/escravizado.

A pesquisa de Silva (2014) intitulada “Educação das Relações Étnico Raciais nos Cadernos Didáticos Formadores do Saber (2011 – 2012): Análise da Experiência da Rede Municipal de Santo André” se deu a partir de três etapas, se limitou ao ensino da primeira a quinta série/ano do ensino fundamental anos iniciais, discutiu conceitos do “Currículo, Racismo e Preconceito”, acerca da elaboração dos “Cadernos Didáticos Formadores do

Saber” em Santo André, São Paulo tendo como foco o ensino de arte, história e literatura com base na lei Nº 11.645/08. Pautou-se na análise do discurso com objetivo de analisar a possibilidade de realização da inserção de uma política da educação das relações étnico-raciais nos “Cadernos Formadores do Saber”.

A pesquisa de Silva (2014) mostra que o livro didático tem sido um dos principais responsáveis pelas desigualdades no currículo escolar, afirmando que cerca de 98% (noventa e oito por cento) das escolas públicas brasileiras usam o livro didático como norteador curricular. Nos resultados por Silva (2014), não aparecem conteúdos que versam sobre as questões étnico-raciais nos conteúdos trazidos nos livros didáticos. De acordo com Silva (2014) os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs priorizam a história local nestas série/ano, embora a lei 11.645/2008 determina que estes conteúdos sejam trabalhados em o todo ensino básico.

A pesquisa de Silva (2015) intitulada “o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira em Rondônia: A aplicação da Lei nº 10.639/2003” discutiu a História da África e da Cultura Afro-Brasileira, a viabilidade da Lei 10.639/2003, traçou o perfil sobre a identidade afro-Rondoniense e discutiu sobre o movimento negro do estado, analisou os três livros de história das três séries finais do ensino médio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático/PNL D 2012 para compreender se a História da África e da Cultura Afro-brasileira, mostrando que o livro investigado foi capaz de permitir aos afro-Rondoniense o reconhecimento de sua identidade.

De acordo com Silva (2015) “no volume da primeira série do Ensino Médio, o tema da história da África e da cultura afro-brasileira é praticamente inexistente” (SILVA, 2015, p.74) e que apenas um de seus volumes da sequência de livro analisado aborda sobre escravidão e resistência sendo que “ao longo das obras perdendo as cores, até que na última parte (terceira série do Ensino Médio) praticamente não aparece” (SILVA, 2015, p. 63). A pesquisa ainda mostra que a coleção História Global Brasil e Geral é um exemplo de mudança e adaptação a Lei 10.639/2003, e que, por mais que haja orientações e avanços a respeito da temática, não há aprofundamento sobre as questões da história e cultura afro-brasileira.

A pesquisa de Rodrigues (2016) Intitulada “Universidade Estadual do Ceará Centro de Estudos Sociais Aplicados Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPP” discutiu sobre a presença dos negros e indígenas na sociedade brasileira abordando a lei 11.645/2008 e teve o objetivo de investigar o desenvolvimento

da implementação da Lei Nº 11.645, em duas Escolas de Ensino Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais do município de Caucaia/Ceará.

Segundo Rodrigues (2016) apesar de a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Caucaia/Ceará realizar a compra de vários livros para o acervo das bibliotecas locais e realizar ações voltadas para as relações da educação étnico-raciais, mesmo sendo ações positivas, não foi suficiente para atender a aplicabilidade da referida lei. Para Rodrigues (2016) houve falta de discussões e conhecimentos sobre a temática tanto pelos alunos que assumiram desconhecer a lei, seu conteúdo e sua obrigatoriedade, quanto pelos professores, reforçando o desconhecimento da lei e a falta de formação continuada dos educadores têm sido obstáculos para discutir a temática dentro de sala de aula, pois no currículo oficial não havia conteúdos a respeito das questões étnico-raciais.

As pesquisas aqui elencadas mostram que, apesar de haver a obrigatoriedade de abordar conteúdos relacionados às questões étnico-raciais, só poderá haver um ensino efetivo que dê conta de subverter os estereótipos e racismos, em suas variadas formas, se houver discursos escolares que favoreçam tais reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores dos trabalhos apresentados reconhecem que ainda há muitas lacunas deixadas quando se trata da aplicabilidade das Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, seja em São Paulo, Rondônia, Ceará ou outros estados brasileiros. Nesse sentido, entendemos que, para que haja de fato a efetivação das leis referidas, é preciso empenho e u currículo que permita a efetivação de práticas escolares que caminham neste sentido. As pesquisas mostram que a escola é um dos locais de cultura, onde os discursos de identidade aparecem e se produzem. Os conteúdos escolares, articulados aos discursos eurocêntricos reproduzem estereótipos e muitas vezes invisibilizam conhecimentos advindos de culturas “menores”. A prática docente deve estar voltada para o contexto da diversidade e das diferenças, assim, por mais que os materiais didáticos produzam discursos polarizadores, binários, racistas e preconceituosos, é possível questionar e subverter tais processos.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi k. O Local da Cultura. Trad; Myriam Ávila. Eliana Lourenço de Lima Reis. Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte, UFMG; 2013

BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHAUMA, Sebastião Irroga Morais; ALVES, Maria Isabel Alonso. Produções científicas acerca dos ritos de iniciação e suas influências no processo educacional em Moçambique. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.7.7 - 2020

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos II: outros modelos de fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007b.

HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (Org). 13 ed. Petrópolis. Vozes. 2013.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 26 de jan de 2021.

LEI NÚMERO 10.639 DE 09 DE 2003 Disponível em <[L10639 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10639.htm)> Acesso em 26 de jan de 2021.

LEI NÚMERO 11.645 DE 10 DE MARÇO DE 2008 Disponível em <[L11645 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L11645.htm)> Acesso em 26 de jan de 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. – 2. ed – Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

MARTINS, Davi Silvestre Fernandes. A lei 10.639, **o Cotidiano Escolar e as Relações Étnico-Raciais: Um Estudo de Caso**. Dissertação apresentada ao Instituto de Bociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann.; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012.

MOROSINI, Marília Costa. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014

NUNES, Ranchimit Batista. **Tentando entender a diferença: Por que afrodescendente e não negro, pardo, mulato, preto?** Revista África e Africanidades - Ano X – n. 24, jul-set. 2017 – ISSN 1983-2354

PONCIANO, Deize Denise. **História e Cultura Afro-Brasileiras no Currículo de História do 6º aos 9 anos da Rede Oficial do Estado de São Paulo**. Programa de Pós Graduação em Mestrado em Educação Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. 2011.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e Desigualdade: brancos e negros no ensino superior.** Brasília. Liber. 2004.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **Colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

RODRIGUES, Renata Cordeiro. **A obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino: um estudo sobre a implementação da lei nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia.** Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. BAZILLI, Carlos Chagas Chirley. SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

SILVA, Regina Maria da. **Educação das Relações Étnico-Raciais Nos Cadernos Didáticos “Formadores do Saber” (2011-2012): Análise Da Experiência Da Rede Municipal De Santo André.** Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: PUC/SP – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VAZ SILVA, Simeia de Oliveira. **O Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira em Rondônia: A Aplicação da Lei nº 10.639/2003.** Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.